

**E.F. Souza, I.S. Silva, J.B. Miranda, e C.R. Melo (orgs.)**  
*História e Cultura Afrodescendente.*  
Teresina: FUESPI, 2018. (Coleção África Brasil, v. 8).

O ÁFRICA BRASIL é um encontro acadêmico bienal organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro (NEPA), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no âmbito dos estudos interdisciplinares das áreas de Literatura, Cultura e História e que, após a realização da sua quinta edição, consolida-se como um dos maiores eventos acadêmicos sobre as produções simbólicas de autorias afro-brasileiras, africanas e indígenas. O evento reúne especialistas nacionais e internacionais de reconhecida atuação acadêmica e produção cultural sobre as temáticas centrais de cada edição.

Homônima ao encontro, a Coleção África Brasil (Editada pela FUESPI) cumpre a relevante função de publicar o conjunto das ideias mais expressivas debatidas durante os eventos, realizados há uma década no Piauí, região nordeste do Brasil. Foi a partir dos contributos do AFRICA BRASIL V, realizado em 2017, sob o tema “Narrativas e Cidadania”, que os organizadores fizeram os volumes 8 e 9 da coleção chegarem ao público, em 2018. Não é um livro didático, mas figura como uma oportuna alternativa para contornar a escassez de material sobre o tema e que tem impedido educadores de todo o país de cumprirem integralmente a Lei 10639/03, que inclui no currículo oficial da rede de ensino brasileira, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

O volume 8 da coleção, sob o título *História e Cultura Afrodescendente* é uma contribuição literalmente de peso para ajudar a reverter essa lacuna. As suas mais de 700 páginas, apresentam em 7 capítulos, 47 textos, produzidos por 71 autores. Números eloquentes na demonstração do engajamento da academia com um tema que está no centro do debate sobre as possibilidades de avanço político na construção de novas narrativas sobre as populações afrodescendentes, no Brasil ou em outros territórios. Isto porque, o material fornece subsídios para que outras comunidades de falantes de língua Portuguesa possam se beneficiar, em suas práticas cotidianas, de um percurso já trilhado, dando prosseguimento a uma trajetória ainda por se consolidar na maior parte das realidades institucionais.

Dados do Censo de 2010<sup>1</sup>, apontam que 54% da população brasileira se auto-declara não-branca, sendo que de cada 10 brasileiros, 3 são mulheres negras. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2016<sup>2</sup>, aponta que 67% dos negros no Brasil estão incluídos na parcela dos que recebem até 1,5 de salário mínimo, quando entre os brancos, o índice fica em 45%. A mesma pesquisa mostra que a taxa de analfabetismo entre a população não branca é de 10% contra 4,2% entre os brancos e que no trabalho infantil 64% das crianças são pretas ou pardas contra 35% brancas. No desemprego são 15% os não brancos e 9,5% os brancos e entre os desalentados, aqueles que estão sem emprego há mais de 24 meses, dois terços são não brancos contra um terço de brancos.

Esses números se invertem quando se trata de representatividade nas artes, por exemplo. Só 10% dos livros brasileiros publicados entre 1965 e 2014 foram escritos por autores negros, afirma pesquisa<sup>3</sup> coordenada pela professora Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília (UnB), que também analisou os personagens retratados pela literatura nacional: 60% dos protagonistas são homens e 80% deles, brancos. E, entre 1990 e 2004, o top cinco de ocupações dos personagens negros era: bandido, empregado doméstico, escravo, profissional do sexo e dona de casa<sup>4</sup>.

Já a pesquisa “A Cara do Cinema Nacional”, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, revelou que homens negros são só 2% dos diretores de filmes nacionais, sendo que 84% são homens brancos. Atrás das câmeras, não foi registrada nenhuma mulher negra. O fosso racial permanece entre os roteiristas: só 4% são negros. O levantamento da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) considerou as produções brasileiras que alcançaram as maiores bilheterias entre 2002 e 2014. Dentre os filmes analisados, 31% tinham no elenco atores negros, quase sempre interpretando papéis associados à pobreza e criminalidade<sup>5</sup>. E apesar da população não branca ser maioria no Brasil, 80% do elenco dessas produções era de pessoas brancas.

Esses números são uma demonstração eloquente de que a história e a cultura afrodescendentes estão sendo escritas em registros desfavoráveis a uma população que é a maioria no país. Quando se trata de direitos e do bem estar social as taxas de não incidência entre os não brancos são altíssimas e quando se trata de representatividade nas artes são escassas. Uma marca histórica difícil de ser superada pelo último país do mundo a abolir a escravidão, e que o volume *História e Cultura Afrodescendente* tenta, de alguma forma, fazer frente, não apenas problematizando temas que nos fizeram chegar a esse alarmante quadro

de desigualdades, mas igualmente apontando algumas possibilidades de contestação e resistência a esse estado de coisas. O livro está estruturado em sete capítulos, onde cada um deles cobre um conjunto de temas relacionados entre si. Em geral, o resultado de pesquisas, por meio das quais o leitor pode ir transitando nos diversos temas, e a partir de várias perspectivas, complementares ou não, de forma que a leitura torna-se interessante, justamente pelas mudanças de prismas em que um mesmo tema pode ser enfocado. São muitas as territorialidades e filiações disciplinares cobertas em cada capítulo.

Especificamente no plano dos conteúdos, o capítulo 1, “O Protagonismo Indígena: História, literatura e cultura brasileira”, trata da memória como resistência a uma história incompleta, neste caso, a dos indígenas do território brasileiro; ainda no que diz respeito a memória de uma luta, o capítulo 2, “Territórios Quilombolas: Memória e resistência”, reúne um conjunto de textos que exemplifica as tensões do aspecto normativo no reconhecimento de direitos dos quilombolas. As desigualdades como fundamento e a construção da identidade afro-brasileira são a essência dos textos do capítulo 3, “Escravidão no Brasil: Pós-Abolição, trabalho, identidade negra, mulher e resistência”. A seção que reúne o maior número de trabalhos é o capítulo 4, “Cultura Afro-Brasileira e Educação: Lei 10.639/2003, capoeira, reggae, relações étnico-raciais e africanismos na Língua Portuguesa”, em que a afrodescendência e identidade negra na cultura e na educação brasileiras são referenciados. A tônica do capítulo é a busca por epistemologias afrodescendentes. O capítulo 5, “Imagem do Negro: Charges, política, crônica jornalística e estereótipo racial”, cobre as representações do corpo negro na cultura, enquanto o capítulo 6, “Filosofia Africana”, reúne quatro textos onde a filosofia africana e afro-brasileira são referenciadas, uma clara demonstração de que algumas disciplinas ainda são essencialmente eurocentradas e que existe todo um *corpus* teórico negligenciado pela academia. O último capítulo, “Religiões De Matriz Africana”, apresenta as religiões de matriz africana como um espaço ainda em disputa no reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro.

Os organizadores da coletânea em momento nenhum apresentam um esforço de caracterização de quem seria, especificamente, os afrodescendentes cuja história e cultura são apresentadas no volume. Sabe-se que o termo afrodescendente é um conceito polissêmico e que vem sendo apropriado de forma diferente, em diferentes contextos históricos. “Negro” foi o termo que primeiro reuniu o conjunto de estudos dedicados a uma parcela da população

mundial comumente associada aos efeitos da escravatura e do colonialismo. É nas Américas, e já no século XX que o prefixo *afro* surge, marcando pela primeira vez a componente territorial da negritude, e associando o conceito a outros fenômenos, tais como cultura e identidade. Afrodescendência sugere, desse modo, uma identidade “entre” referências e operacionalizá-la tem sido um desafio na contemporaneidade.

As identidades são construídas dentro e não fora do discurso, de modo que é necessário compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, de modo que tão relevante quanto as temáticas apresentadas no volume é revelar as abordagens de uma identidade em disputa, esforço que os organizadores não apresentam. A Organização das Nações Unidas definiu o período compreendido entre 2015 a 2024 como a década dos Afrodescendentes, uma oportunidade ímpar para que acadêmicos e estudiosos do tema apresentem as suas visões sobre os processos de constituição de uma identidade multidimensional. Um debate que o volume acaba por não apresentar e que contudo não diminui o mérito e a qualidade das análises ali reunidas.

Por fim, registramos que, além dos conteúdos em si de cada temática focalizada nos capítulos, o e-book apresenta uma excelente coletânea de investigações, de modo que podem ser observadas as trajetórias e os métodos, bem como os resultados alcançados a partir de cada percurso. Dessa forma, figura como uma interessante fonte de referências para pesquisadores, que podem encontrar nele uma fonte de inspiração para a construção de seus próprios itinerários. É assim, uma relevante contribuição para a academia, de um modo mais amplo.

## NOTES

1. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>, acessado em 20/3/2019.
2. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/>, acessado em 20/03/2019.
3. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>, acessado em 19/03/2019.
4. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/21/cultura/1526921273\\_678732.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/21/cultura/1526921273_678732.html), acessado em 20/03/2019.
5. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/infografico1/>, acessado em 21/03/2019.

SIMONE AMORIM é Doutora em Políticas Públicas pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Investigadora de Pós-doutorado no CESA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, da Universidade de Lisboa, onde integra a equipe de pesquisadores do Projeto AFRO-PORT *Afrodscendência em Portugal* (PTDC/SOC-ANT/30651/2017).